

**VII ENCONTRO INTERNACIONAL DO
CONPEDI/BRAGA - PORTUGAL**

PESQUISA E EDUCAÇÃO JURÍDICA

REGINA VERA VILLAS BOAS

ALESSANDRA APARECIDA SOUZA DA SILVEIRA

Todos os direitos reservados e protegidos.

Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa – UNICAP

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Ingo Wolfgang Sarlet – PUC - RS

Vice-presidente Sudeste - Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim – UCAM

Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Maria dos Remédios Fontes Silva – UFRN

Vice-presidente Norte/Centro - Profa. Dra. Julia Maurmann Ximenes – IDP

Secretário Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba – UFSC

Secretário Adjunto - Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto – Mackenzie

Representante Discente – Doutoranda Vivian de Almeida Gregori Torres – USP

Conselho Fiscal:

Prof. Msc. Caio Augusto Souza Lara – ESDH

Prof. Dr. José Querino Tavares Neto – UFG/PUC PR

Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini Sanches – UNINOVE

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva – UFS (suplente)

Prof. Dr. Fernando Antonio de Carvalho Dantas – UFG (suplente)

Secretarias:

Relações Institucionais – Ministro José Barroso Filho – IDP

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho – UPF

Educação Jurídica – Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues – IMED/ABEDI

Eventos – Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta – FUMEC

Prof. Dr. Jose Luiz Quadros de Magalhaes – UFMG

Profa. Dra. Monica Herman Salem Caggiano – USP

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo – UNIMAR

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr – UNICURITIBA

Comunicação – Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro – UNOESC

P472

Pesquisa e educação jurídica [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/ UMinho

Coordenadores: Alessandra Aparecida Souza da Silveira; Regina Vera Villas Boas – Florianópolis: CONPEDI, 2017.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-5505-495-2

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Interconstitucionalidade: Democracia e Cidadania de Direitos na Sociedade Mundial - Atualização e Perspectivas

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Internacionais. 2. Educação. 3. Reflexão.
VII Encontro Internacional do CONPEDI (7. : 2017 : Braga, Portugal).

CDU: 34



Universidade do Minho
Escola de Direito
Centro de Estudos em Direito da União Europeia



VII ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI/BRAGA - PORTUGAL

PESQUISA E EDUCAÇÃO JURÍDICA

Apresentação

Entre os dias 07 e 08 de setembro o VII Encontro Nacional do CONPEDI ocorreu em Braga (Portugal), apresentando relevantes debates e textos sobre a temática “Interconstitucionalidade: Democracia e Cidadania de Direitos na Sociedade Mundial – Atualização e Perspectivas”.

Guardando pertinência com a temática proposta, o Grupo de Trabalho (GT 06) “Pesquisa e Educação Jurídica”, coordenado pela Professora-Doutora Regina Vera Villas Bôas, do Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL-Lorena) e pela Professora-Doutora Alessandra Aparecida Souza da Silveira, do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Minho (Braga), se reuniu no CP2, sala 10, da UMINHO, no horário das 9h00 às 13h30, para a exposição e debates dos artigos expostos, os quais foram previamente selecionados pelos avaliadores do CONPEDI e, também, relidos pelas Coordenadoras.

Foram apresentados nove trabalhos, reunidos pela temática educacional, cujos autores, expositores e títulos são apresentados a seguir. Elisa Ustarroz apresentou artigo intitulado “A qualidade da educação jurídica entre o padrão de uniformidade e a personalização dos percursos formativos: as possibilidades da tutoria”, abordando a insuficiência do modelo de educação jurídica brasileira, problema persistente ao longo de dois séculos de funcionamento dos cursos de Direito no Brasil, afirmando que as ações de enfrentamento devem observar o contexto atual da educação superior brasileira, que é fortemente marcado pelas políticas de expansão e democratização. Conclui que a diversidade, caracterizadora do perfil do corpo docente, necessita que os percursos formativos, até então, significativamente contidos por um padrão de uniformidade sejam personalizados, o que impõe revisão da literatura sobre o tema, podendo ser utilizada a tutoria (“mentoring”) como um recurso promotor desta personalização.

Vânia Ágda de Oliveira Carvalho apresentou artigo (coautor ausente: Émilien Vilas Boas Reis) intitulado “Construção da cidadania e meio ambiente ecologicamente equilibrado: o papel dos universitários como agentes multiplicadores”, comentando a necessidade de se tornar obrigatória a promoção da educação ambiental. Afirmou que a Constituição Federal

vigente, orienta-se pela suposição de que para defender e preservar a natureza não basta usar mecanismos de sanção e de promoção do direito, sendo necessária a promoção da educação e conscientização pública. Conclui que a atuação dos universitários, na promoção da educação ambiental, atuando como agentes multiplicadores, corroboram a efetividade do meio ambiente ecologicamente equilibrado e a prática da cidadania, devendo, assim, serem capazes para tal.

Regina Vera Villas Boas e Zeima da Costa Satim Mori abordaram por meio do artigo “Inovação acadêmica no ensino superior: perspectivas e efetividade do direito à educação”, uma questão atual e interessante sobre o ensino-aprendizagem contemporâneo, trazendo debates e exemplos concretos de metodologias inovadoras, que vêm sendo utilizadas na rede educacional nacional e em outros países. Debateram sobre as vantagens (ou não) e as dificuldades enfrentadas pelas academias jurídicas para implantarem referidas novas metodologias, a partir das novas tecnologias. Foram apresentadas questões contemporâneas importantes que relacionam as novas metodologias com as novas perspectivas, desafios e exigências do mercado de trabalho, enfocando maneiras de se poder dar efetividade à aplicação do Direito e da Justiça Social pela Educação de boa qualidade que atenda às exigências contemporâneas exploradas pelas novas tecnologias, sempre direcionadas ao respeito humano, exigindo-se o cumprimento da ética profissional dos agentes participantes. Refletir sobre os modelos novos e os convencionais e tradicionais de exposição de aulas e de avaliações realizados pelas Instituições tornou-se necessário no atual cenário social, econômico, ambiental, político e jurídico, com a finalidade de se poder ofertar opções de melhoria à sociedade, facilitando-se a inclusão dos alijados e a expansão da educação, inclusive da educação ambiental.

O artigo intitulado “O direito fundamental à educação especial superior a distância e os referenciais de qualidade e de acessibilidade: por uma política nacional de inclusão social e digital” foi apresentado por Ana Paula Martins Albuquerque e Andréia da Silva Costa. O texto trouxe reflexões sobre o olhar viciado da sociedade brasileira para a “EaD” e para “deficiência”, ambos tratados por ela como verdadeiros tabus. Entenderam que, por essa razão, o papel social atual da educação superior reside na necessidade de transpassar os limites de seu comportamento tradicional, relacionado à produção e disseminação do conhecimento, devendo este ocupar lugar de destaque no debate acadêmico. Foram trazidos aos debates, algumas questões relacionadas à aplicação de novas tecnologias e o poder de inclusão social, a partir da construção de políticas educacionais reconhecedoras das diferenças, objetivando a formação de uma sociedade que oportunize a participação de todos os homens.

O artigo intitulado “O papel dos precedentes judiciais no ordenamento jurídico brasileiro e sua influência na metodologia do ensino jurídico” foi apresentado por Roberto Alcântara De Oliveira Araújo (coautoria ausente: Flávia Moreira Guimarães). O artigo expôs sobre o ordenamento jurídico brasileiro que vem passando por importantes adaptações sociais, na medida em que busca a efetivação dos comandos normativos. Deu destaque ao direito jurisprudencial, trazido pelo atual e vigente Código de Processo Civil (2015), apresentado o sistema de precedentes. Foram trazidos aos debates, situações importantes sobre o sistema de precedentes e as reformulações necessárias no ensino jurídico e suas repercussões em sala de aula, como a relação professor-aluno. Concluiu ofertando um método de aprendizagem que pode facilitar a resolução de problemas levados ao mundo jurídico, método conhecido como “Problem Based Learning” (PBL), que revê o comportamento do professor, em sala de aula, preparando-o para enfrentar a realidade dos novos ensinos jurídicos.

O artigo intitulado “Os 190 anos de estruturação dos cursos jurídicos no Brasil” foi apresentado por Jardel Anibal Casanova Daneli e tratou da análise dos acontecimentos que deram origem ao surgimento dos cursos jurídicos no Brasil, discutindo sobre os fatos que levaram ao seu surgimento e construção e sobre os reais objetivos relacionados aos ditos acontecimentos. Objetivou, também, a apuração do conhecimento das elites administrativas e políticas, influenciadoras da criação das primeiras Faculdades de Direito, trazendo à baila o cenário político e cultural da época, discutindo as expectativas dos dirigentes do Estado e da sociedade brasileira, em relação ao papel dos cursos jurídicos, no contexto social.

Mariana Moron Saes Braga e Rodrigo Maia de Oliveira a partir do texto intitulado “Pesquisa empírica em direito: classificação das teses e dissertações do programa de pós-graduação da universidade de São Paulo (2015-2016)” abordaram dados interessantes, levantados em suas pesquisas, afirmando que a literatura aponta que a pesquisa empírica em direito ainda é incipiente no Brasil. Revelaram que as pesquisas no campo jurídico são eminentemente bibliográficas, possuindo natureza predominantemente descritiva do ordenamento jurídico e dos conceitos dogmáticos por ele produzidos. Informaram que o objetivo principal da pesquisa, apresentada no artigo, foi a classificar as teses e dissertações defendidas no Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade de São Paulo, no período entre 2015 e 2016, e que utilizaram como critérios de classificação das teses e dissertações “fontes de informação e natureza dos dados”. Concluíram que os resultados evidenciaram que as pesquisas produzidas no Programa Pós-graduação referido são em sua grande maioria bibliográficas e de natureza qualitativa, o que deve ser refletido no contexto social e jurídico contemporâneo, que muito se importa com a efetividade dos direitos.

Francisco Cardozo Oliveira e Nancy Mahra de Medeiros Nicolas Oliveira apresentam o artigo intitulado “Razão argumentativa, processo eletrônico e aceleração: o tempo da aprendizagem no ensino jurídico e seus efeitos no Brasil”. Trouxeram aos debates a relação entre aprendizagem e realização da justiça mediada pela concepção de aceleração social. Afirmaram que a racionalidade argumentativa e o processo eletrônico alteram o tempo da aprendizagem no direito e de realização da justiça. Abordaram sobre a compressão do tempo e a redução da experiência cognitiva e emocional necessária à consolidação do conhecimento, discutindo a respeito do processo eletrônico, o qual, embora reduza os tempos do processo acaba contribuindo para esvaziamento da experiência da normatividade. Concluíram que a razão argumentativa pode se traduzir numa saída para essa dupla perda da experiência, com o risco de assumir um caráter regressivo ao se relacionar a matéria à tutela de direitos no Brasil.

Por derradeiro foi apresentado por Irineu Carvalho de Oliveira Soares (coautor ausente: Fernando Gama de Miranda Netto) o artigo intitulado “A experiência da submissão de um projeto de pesquisa de doutorado na área jurídica à um comitê de ética em pesquisa”, tratando da experiência empírica de submissão de um projeto de pesquisa de doutorado jurídico para um Comitê de Ética em pesquisa. Foi feita uma contextualização histórica da preocupação com a bioética no mundo, abordando a criação das instituições de controle ético de pesquisas no Brasil e no exterior. Foi trazido aos debates, a partir do panorama relacionado à experiência vivida, a descrição do processo de apreciação ética dos projetos, envolvendo dos seres humanos, nas áreas social e jurídica no Brasil, apresentadas as suas diversas etapas, passando pela visita ao órgão responsável, preenchimento dos requisitos de submissão, até a emissão do parecer de aprovação e permissão para o início da coleta de dados, refletindo-se, por fim, sobre a existência, função e importância no mundo jurídico, exercida por referidos Comitês de Ética.

Expostos os artigos em dois Grupos, foram realizados amplos e profícuos debates a respeito do Direito Social Fundamental à Educação, relacionando-se questões do ensino-aprendizagem e das metodologias inovadoras e clássicas experimentadas no Brasil, na América do Sul e na Europa. Os debates foram ricos em diversos sentidos, notadamente às reflexões sobre pesquisa jurídica e à efetividade dos Direitos Humanos, sobretudo dos Direitos Sociais Fundamentais.

Ao mergulho na leitura dos preciosos textos, todos estão convidados.

Regina Vera Villas Bôas

Professora-Doutora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL-Lorena)

Alessandra Aparecida Souza da Silveira

Professora-Doutora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Minho (Braga)

Nota Técnica: Os artigos que não constam nestes Anais foram selecionados para publicação na Revista CONPEDI Law Review, conforme previsto no artigo 7.3 do edital do evento. Equipe Editorial Index Law Journal - publicacao@conpedi.org.br.

INOVAÇÃO ACADÊMICA NO ENSINO SUPERIOR: PERSPECTIVAS E EFETIVIDADE DO DIREITO À EDUCAÇÃO

ACADEMIC INNOVATION IN HIGHER EDUCATION: PROSPECTS AND EFFECTIVENESS OF THE RIGHT TO EDUCATION

Regina Vera Villas Boas ¹
Zeima da Costa Satim Mori ²

Resumo

O presente artigo traz uma abordagem do ensino-aprendizagem contemporâneo, com a utilização de metodologias inovadoras, demonstrando as novas perspectivas, desafios, exigências do mercado de trabalho e a utilização das inovações acadêmicas como efetividade do direito social à Educação. A pesquisa parte do pressuposto de que os modelos convencionais e tradicionais de exposição de aulas e de avaliações realizados pelas Instituições estão sendo superados pelas práticas de hodiernas metodologias ativas. O estudo utilizou a pesquisa bibliográfica, através do método qualitativo, bem como as experiências das autoras, demonstrando que as metodologias inovadoras tendem a contribuir para as novas exigências da própria sociedade.

Palavras-chave: Perspectivas, Ensino, Mercado de trabalho, Inovações acadêmicas

Abstract/Resumen/Résumé

This article presents a contemporary teaching-learning approach, using innovative methodologies, demonstrating the new perspectives, challenges, labor market requirements and the use of academic innovations as effectiveness of the social right to Education. The research is based on the assumption that the conventional and traditional models of lectures and evaluations carried out by the Institutions are being overcome by the practices of today's active methodologies. The study used the bibliographic research, through the qualitative method, as well as the experiences of the authors, demonstrating that innovative methodologies tend to contribute to the new demands of society itself.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Perspectives, Teaching, Labor market, Academic innovations

¹ Pós-doutorado em Democracia e Direitos Humanos pela Universidade de Coimbra; Mestre e bi-doutora em Direito Privado e em Direitos Difusos e Coletivos pela PUC/SP

² Mestre pelo Programa de Mestrado em Direito, UNISAL-Centro Universitário Salesiano de São Paulo- UE de Lorena/SP. Docente, no Centro Universitário Salesiano de São Paulo.

INTRODUÇÃO

Em meados dos anos 80, a evolução tecnológica e o desenvolvimento da ciência, fomentam numerosas transformações nos âmbitos político, econômico, ambiental e jurídico, entre outros, alertando a sociedade contemporânea sobre a necessidade de inovar suas práticas pedagógicas, razão pela qual tem início verticalizadas reflexões no campo educacional, objetivando reformar o ensino-aprendizado em benefícios do saber humano.

No século XXI, as principais habilidades almejadas são a capacidade de trabalhar bem com os outros, mitigando os conflitos interpessoais; a tomada de decisões ponderadas; além da prática e a resolução de problemas complexos. A tendência é que as Instituições Universitárias acompanhem o desenvolvimento e supram as carências dos mercados de trabalho, praticando nas salas de aulas, além dos instrumentos tradicionais, outros mecanismos tecnológicos e de metodologias inovadoras.

No âmbito jurídico, esse processo moderno de aprendizagem, proporciona ao aluno do curso de Direito, o desenvolvimento de diversas habilidades como: a elaboração de instrumentos jurídicos concomitantemente com a defesa de pontos de vista variados e com o desenvolvimento do pensamento crítico e ético.

No âmbito social, relacionado ao mercado de trabalho, observa-se que, atualmente, os empregadores buscam empregados graduados, que possuam diversas habilidades profissionais, ou seja, uma complexidade de competências que inclua responsabilidade, autoconfiança social, capacidade de comunicação, versatilidade, trabalho em equipe, atitude criativa, bom trabalho, automotivação e autogestão.

Nesse sentido, explicando melhor a temática exposta, no presente artigo, são adotadas três abordagens sobre a matéria. Apresenta-se, na primeira abordagem, questões frugais sobre as perspectivas e desafios enfrentados no processo educacional. Posteriormente, trata-se da relação “mercado de trabalho e exigências relacionadas às habilidades do profissional” e, por fim, versa-se sobre a utilização das metodologias inovadoras como instrumentos condutores da efetivação do direito social à educação.

Ressalta-se, no presente trabalho, que as técnicas avançadas utilizadas nas relações educacionais, no mundo contemporâneo, se valem de novas estratégias e metodologias inovadoras no ensino-aprendizado, que viabilizam ao operador do Direito, discutir e ofertar melhores soluções aos conflitos apresentados, estimulando o raciocínio jurídico dos alunos (iniciantes, ou não), que ganham maior conhecimento das realidades humanas, o que lhes propicia vantagens ao concorrer às vagas, no mercado de trabalho.

Por derradeiro, do ponto de vista metodológico, o presente estudo utiliza-se da pesquisa histórico-doutrinária para avaliar a correlação existente entre os principais conceitos do vocábulo “educação”, sob o ponto de vista do direito humano fundamental e social, e as novas metodologias utilizadas, por meio de instrumentos tecnológicos (ou não), com o objetivo de conduzir o direito à Educação à concretização.

1 NOVAS PERSPECTIVAS E DESAFIOS NO PROCESSO EDUCACIONAL

A sociedade da pós-modernidade enfrenta enormes desafios, muitos deles relacionados ao desenvolvimento tecnológico, os quais, certamente, estão sendo encarados pelos sistemas educacionais dos vários cantos do mundo. O sistema que envolve a transmissão dos saberes vem se transformando na medida em que o sistema de transmissão das informações se modifica. Chama a atenção dos profissionais da educação, a tendência que este mundo tem seguido, no sentido de afastar maneiras e procedimentos egoístas e, muitas vezes, autoritários, da transmissão do conhecimento, distanciando, também, lições que transmitem verdades absolutas aos aprendizes.

Nesse sentido, afirma Cunha (2004, p. 31) que: “O exercício da docência nunca é estático e permanente; é sempre processo, é mudança, é movimento, é arte, são novas caras, novas experiências, novo contexto, novo tempo, novo lugar, novas informações, novos sentimentos, novas interações”.

Atualmente, o que se almeja no âmbito educacional é o desenvolvimento de um modelo que valorize as interações e a construção dialógica do saber, a interdisciplinariedade e a transdisciplinariedade, os conhecimentos significativos, vinculantes e integradores, multidimensionais e complexos, com o fito de preparar os alunos (iniciantes, ou não) para desenvolverem a capacidade de enfrentamento das incertezas, novidades e imprevistos, que acontecem no cotidiano da sociedade contemporânea, o que lhes permite a percepção do desenvolvimento de suas autonomias. Neste sentido, tem-se que

De forma geral, o trabalho desenvolvido com as metodologias ativas é colaborativo, destaca o uso de um contexto ativo para o aprendizado, promove o desenvolvimento da habilidade de trabalhar com o outro (s) aluno (s) formando um par, aprendizagem entre pares ou em grupo e também estimula o estudo individual, de acordo com os interesses e o ritmo de cada estudante. O aprendizado passa a ser protagonizado pelo aluno, e os professores atuam como mediadores de todo o processo. (PINTO, A.S.S; BUENO, M.R.P; SILVA, M.A.F.A; MENEZES, M.Z.S; KOEHLER, S.M.F, 2013, p. 122).

Espera-se dos discentes e egressos, principalmente daqueles que frequentam ou frequentaram o ensino superior, que desenvolvam a capacidade de somar competências técnicas e humanas, que cada um possui, com a finalidade de promover a emancipação de cada um deles, com a utilização de novos instrumentos tecnológicos e de metodologias de ensino-aprendizagem. Tal desiderato tem foco: na interatividade; na busca de soluções às situações emblemáticas; no desenvolvimento de competências e habilidades múltiplas, como a compreensão mútua, a comunicação oral e escrita, o trabalho em equipes, a liderança comunicativa e democrática, a inovação, a atitude ética, o empreendedorismo, a consciência social e comunitária; sempre objetivando dar importância às necessidades ambientais, ecológicas e afetivas, aos domínios de diferentes linguagens, à construção de argumentações e, principalmente, às reflexões críticas e, também, autocrítica dos conhecimentos.

Nesse sentido, Pinto afirma que: “Além disso, o protagonista do estudante em seu processo de aprendizagem possibilita o desenvolvimento de habilidades e competências indispensáveis para a construção de sua autonomia intelectual e social”. (2013, p. 123)

Indubitavelmente, tais demandas passam a exigir das Instituições Universitárias uma atualização das grades curriculares e das metodologias utilizadas, e buscam atualizar e enriquecer os instrumentos de ensino-aprendizagem, com o objetivo de melhor capacitar os alunos para o enfrentamento da vida profissional, social e pessoal. Referidos novos instrumentos, com certeza, propiciam uma melhor qualificação, atuação profissional e concretização da cidadã, pois propiciam a inserção do aluno no mercado de trabalho.

Evidente que o caminhar do aluno não é fácil, durante o período em que frequenta as Escolas, sendo, ainda, mais difícil a busca do seu engajamento profissional, após sair da Universidade, ocasião em que encontra muitas barreiras ao exercício de sua profissão e muitas portas que lhe são fechadas, devido a sua não experiência profissional. Muitas situações corroboram esta realidade do aluno, entre outras, as práticas superficiais da transmissão dos saberes, a rapidez e a ausência de memória, a recusa de argumentação humana e coerente, a fragilização dos laços afetivos e comunitários, o individualismo marcante, a insegurança e a ausência de possibilidades de engajamentos na profissão.

Em razão desses fatos, muitas instituições de ensino superior estão mudando suas visões, pautando-as em valores éticos, focados no fato de que a educação deve ser comprometida com o processo que busca concretizar as condições essenciais do desenvolvimento dos cidadãos, comprometidos com o bem social.

Nesse passo, os currículos, os procedimentos, as metodologias e os instrumentos tecnológicos precisam expressar experiências de aprendizado, que considerem além dos

conteúdos meramente técnicos, também, os conteúdos que verticalizam o conhecimento, que promovam a ética humana, viabilizando o aprender e o apreender conhecimentos.

Ora, por mais carga horário que o currículo apresente não se ensina tudo, razão pela qual é preciso desenvolver a autonomia intelectual do aluno, garantindo-lhe compreensão e autonomia para que ele solucione os problemas que lhes são apresentados, com senso crítico, criatividade, atitude inovadora, a capacidade analítica e visão contextualizada do conhecimento, o que é assim explicado por Pinto: “Essa proposta de ensino ativo poderá alavancar as intervenções educativas sócio comunitárias – alicerçadas na autonomia intelectual e cultural – relacionadas aos processos de produção de conhecimento” (2013, p. 123).

No contexto, lembra-se que uma resposta dada aos principais desafios relacionados ao ambiente cultural, na sociedade da pós-modernidade, não pode mais considerar somente o modelo baseado na transmissão e recepção monótona de informações, em razão da grande transformação e evolução da sociedade.

Hoje, o movimento tecnológico coloca à disposição do homem e da sociedade, instrumentos mais adequados e eficazes para o acesso às informações, fato que, no ambiente das Universidades, vai de encontro aos instrumentos clássicos utilizados nas aulas tradicionais, cuja base é fundada, principalmente na transferência de conteúdos para a formação do conhecimento, o que assim vem esclarecido por Anastasiou (2005, p. 14), que considera necessária a realização de revisão das referidas práticas universitárias

Daí a necessidade atual de se revisar o “assistir a aulas”, pois a ação de apreender não é passiva. O agarrar por parte do aluno exige ação constante e consciente: informar-se, exercitar-se, instruir-se. O assistir ou dar aulas precisa ser substituído pela ação conjunta de fazer aulas. Nesse fazer aulas é que surgem as necessárias formas de atuação do professor com o aluno sobre o objeto de estudo e a definição, escolha e efetivação de estratégias diferenciadas que facilitem esse novo fazer.

Necessário que se compreenda que o conhecimento não é um produto, mas sim um processo que se torna necessário e emergencial. A transferência de conteúdos continua tendo o seu papel fundamental, contudo, não mais como centro da atividade educativa. O aprendizado efetivo das competências está na discussão e no processo, e não apenas na resposta e no resultado.

Nesse sentido, afirma Pinto que “o professor não “ensina” da maneira tradicional; permite e estimula a discussão dos alunos, conduzindo-a quando necessário e indicando os recursos didáticos úteis para cada situação” (2013, p.122).

Para tanto, não se pode afastar o conhecimento prévio do indivíduo e, também, a construção coletiva do saber, a valorização das razões e do processo pelo qual se alcança tal resposta, afastada a situação de passar um modelo pronto aos alunos, garantindo-lhe, somente, o alcance de resultados desconhecidos, o que vem assim lecionado por Pinto

Esse processo de aprendizagem ativa é permeado por organização independente, mediada pelo professor, que permite a construção de conhecimentos social e historicamente significativos em que, por meio da práxis educativa, o aluno exercita sua capacidade de reflexão e de ação em relação à realidade em que está inserido (2013, p. 123).

Necessário, assim, entrar com o discente, no processo de aprendizado. Freire (2015, p. 47) acentua que “saber ensinar não é transferir conhecimento, mas criar a possibilidade para a sua própria produção ou a sua construção.” Tais perspectivas de mudanças exigem também novas estruturas, lembrando, por exemplo, que a ordem de colocação das carteiras na sala de aula – em fila, uma atrás da outra -, não promove a interação entre os alunos, mas sim a passividade, a acomodação, a própria repetição. Diferentemente, o que se almeja é o senso crítico, o aprendizado entre pares e a solução coletiva das problemáticas propostas e vivida.

Aprendizagem ativa redefine a prática de aula, muitas vezes vista pelo prisma estático do aprendizado, em que o conhecimento é transmitido para as “mentes vazias e passivas” dos estudantes. Aprendizagem ativa significa aprendizado dinâmico, no qual, por meio de atividades baseadas em projetos, colaborativas e centradas em soluções de problemas, os estudantes desempenham um papel vital na criação de novos conhecimentos, que podem ser aplicados a outras áreas acadêmicas e profissionais, ampliando seu engajamento com a realidade externa à escola. (PINTO, 2013, p. 123).

Estudos levam à conclusão de que as estruturas necessitam de mais flexibilidade, colaboração e participação à satisfação dos discentes. Há uma tendência, neste sentido, de criação de laboratórios, onde os alunos podem dinamizar suas ideias e compartilhar com os seus colegas, trabalhando de maneira mais livre, sem muitas burocracias e deixando florir suas criatividades e empreendedorismos.

Zabalza (2004, p. 20) leciona que as Universidades não devem se contentar apenas com a transmissão do conhecimento científico, devendo, antes, combinarem o exercício da docência e da pesquisa. Entende que há necessidade de se dar um sentido prático e profissionalizante à formação ofertada aos estudantes, buscando-se a interação destes com o meio social, econômico e profissional, buscando-se desenvolver estes âmbitos.

Segundo o entendimento de Pinto (2013, p. 123): “por isso, um dos grandes questionamentos e inquietações dos teóricos e profissionais da área da educação superior é se as universidades realmente têm formado profissionais para atuarem no mercado de trabalho com competência e autonomia”.

Tais modificações geram mudanças de paradigmas, diante das resistências às transformações, já que o ser humano se habituou a um ensino/aprendizagem mais cômodo. E a resistência não é só dos alunos, mas também dos professores e para se desvencilhar do modelo tradicional há a necessidade de engajamento de ambos, para que alcancem a percepção de que com as alterações das inovações serão alcançados ganhos, resultados positivos.

Com tanta informação disponível, encontrar uma ponte motivadora para que o aluno desperte e saia do estado passivo, de espectador, e desenvolva habilidades e competências, induz professores e profissionais da educação a pensar e conhecer sobre como se produz uma aprendizagem significativa e como se constrói o conhecimento (PINTO et al., 2012, p. 9)

As atualizações metodológicas exigem que todos os membros da comunidade acadêmica estejam engajados relativamente às novas posturas, pautadas em estruturas de aulas diferenciadas, criativas e com atitudes reflexivas. Os docentes, com certeza, vão enfrentar a presença de alunos, que apresentam acomodações no que tange ao período de transição, menor disponibilidade reflexiva, mas com demonstração de abertura à construção coletiva do conhecimento, a curiosidade e a dinâmica das relações, revelando uma consciência mais receptiva às novas situações e avessa aos dogmas, preconceitos e divisórias, que impedem o desenvolvimento e crescimento humano e social.

Diante desse horizonte da cultura pós-moderna, em que a busca pelo prazer imediato, ou seja, pelo imediatismo dos resultados e do individualismo, os jovens são muito mais capazes de lidar com as incertezas, por conta da demasiada carga de informações que recebem e da globalização do conhecimento.

Nesse sentido, o pensamento de Pinto (2013, p. 123) revela que: “A tecnologia pode desempenhar um importante papel no ensino, garantindo que a aprendizagem seja o resultado do diálogo e da produção de novos conhecimentos por meio das novas mídias, tornando o conteúdo mais relevante”.

Dessa maneira, necessita encorajar a investigação da verdade e de seu significado por toda a vida e, não somente pelo período de estudos, conscientizados de sua responsabilidade profissional, por intermédio de valores e de busca de um bem comum, qual seja, uma sociedade mais justa e igualitária.

Todavia, tais práticas correspondem a um desafio, principalmente nas universidades, as quais encontram dificuldades na operacionalização da execução da pedagogia, não apenas com a abertura de espaços adequados, como também, no oferecimento de ambientes positivos, físicos ou virtuais, que favoreçam à aprendizagem.

Espera-se que a Universidade seja o local por excelência no exercício da cidadania, do respeito e da dignidade. Romper mitos e promover uma contínua aprendizagem, contextualizando a multidisciplinariedade e a relação intergeracional, devem estar contidos na oferta educacional das Universidades. (VIOLA, 2013, p. 33).

Há muitos desafios, notadamente, aqueles atinentes à resistência aos novos conceitos e inovações do saber, porque o ensinar tem raízes na cultura pedagógica clássica, em que o professor exercia a obrigação solitária, em que era o único responsável, ou a referência da geração de conhecimentos, junto aos universitários, o era feito por meio de aulas expositivas e palestras.

Viola aponta, ainda, diante das práticas realizadas pelas metodologias inovadoras, fragilidades que devem ser enfrentadas, como o autoritarismo e a resistência de grande parte dos professores, que rechaçam mudanças; resistência dos discentes, acostumados com o formato tradicional de aulas, frente às repentinas mudanças e, principalmente, à necessidade de leitura prévia do material; falta de suporte e de investimentos financeiros das próprias instituições de ensino, no tocante à aquisição de materiais, de programas tecnológicos e instrumentos tecnológicos e de nova estrutura física; a necessidade de constante aperfeiçoamento, por parte do corpo docente e, também, institucional e a própria incompreensão do papel da tecnologia, diante da mudança, fatos estes relatados pelos professores participantes desse processo.

Diz, ainda, Viola, que na Instituição de Ensino em que ministra aulas no curso universitário – UNISAL/Lorena (SP), uma das pioneiras no Brasil na introdução das Metodologias Inovadoras, as principais resistências encontradas estão situadas nos alunos e em alguns professores, insistentes nas práticas de aulas tradicionais, meramente expositivas, lembrando que a instituição disponibiliza materiais, cursos, programas de computador, espaços físicos adequados e tecnologias necessárias à aplicabilidade do aprendizado ativo.

Resultados positivos vêm sendo obtidos com a utilização das metodologias inovadoras, em sala de aula, na busca da melhor apreensão do conhecimento pelos discentes do curso de Direito. Foram realizadas experiências, no ano de 2015, em que se utilizou como instrumento de Metodologia Ativa, o *Team based learning*, (o aprendizado baseado em times) para um público de aproximadamente duzentos alunos (três classes do 4º período do curso), tendo como ponto positivo: a motivação e o maior envolvimento dos alunos nos grupos nas disciplinas práticas e, como principal ponto negativo: a dificuldade dos alunos de realizarem leitura prévia do material disponibilizado, anteriormente.

Destarte, diante dessa dicotomia é preciso buscar o equilíbrio e o diálogo para a construção de alternativas sustentáveis. Ao professor não basta ensinar, ao aluno, por sua vez, não cabe tão somente aprender, ser um mero receptor de informações.

Trata-se de um processo de mão dupla, em que ambos devem assumir o compromisso com a formação, sendo o professor, o interlocutor, enquanto que o aluno participa, ativamente, do processo de aprendizagem.

2 AS ATUAIS EXIGÊNCIAS DO MERCADO DE TRABALHO

Para um aprendizado focado em habilidades para o mercado de trabalho, faz-se imprescindível repensar as maneiras empregadas nos processos educacionais de ensino/aprendizado. Pela concepção tradicional de ensino, o aluno deve aprender os conteúdos que lhes são passados pelo professor e talvez um dia, o mesmo possa descobrir a sua utilidade prática. Assim, a escola tradicional sempre tratou o desenvolvimento das competências como natural e automático, ou seja, na medida em que há a apreensão dos conceitos há, em contrapartida, o desenvolvimento das competências.

E qual é o conceito de competência?

Por primeiro, pode-se compreender a competência como a capacidade para solucionar situações complexas, que exigem conhecimentos, habilidades, experiência e atitudes de diversas naturezas. Assim, diferentemente do proposto pelo ensino tradicional, não basta ao aprendizado a apreensão dos conteúdos. Imperioso, também, o desenvolvimento das competências, o que impõe o ensinamento dos conteúdos das matérias, das habilidades e atitudes, de maneira a propiciar ao aluno, uma experiência mínima, corroborando o desenvolvimento das necessárias competências, exigidas para a profissão no mercado de trabalho.

Simplesmente, repassar conteúdos das disciplinas não significa desenvolver as necessárias competências do aluno. O professor deve exercer função de formador profissional do egresso, partindo da premissa de que é necessário desenvolver determinadas competências, tendo-se a clareza de transmitir os conhecimentos e, também, de partilhar, de compartilhar, a partir de experiências e atitudes.

Na atual conjuntura educacional, deve o professor rejeitar determinadas práticas de ensino, que não são consentâneas com o momento atual da Educação, que exige,

notadamente, para o ensino superior, a aplicação de metodologias inovadoras de ensino/aprendizado, que devem propiciar aos alunos rápida inserção do mercado de trabalho¹.

Na proposta de Paulo Freire a educação tem um caráter emancipatório, visando à construção da autonomia, de participação e criticidade, numa valorização tanto da cultura popular como daquela culta, para que o educando, em posse do conhecimento, tome posse de si mesmo e do mundo (Freire, 2015) e isso significa também tomar posse do mundo do trabalho, compreendido esse não como qualquer ocupação que garanta condições de sobrevivência, mas como profissão: projeto de vida, de que- fazer produtor de sentidos. (BISSOTO, GUIMARÃES, 2011, P.172).

O educador contemporâneo deve estar preparado e adequado aos novos tempos, dele lhe sendo exigidos: criatividade, flexibilidade, tempo de preparação das aulas, e competência acadêmica, lembrando-se que, ainda, são enfrentadas situações de muita insegurança na relação ensino/aprendizado.

Vive-se, atualmente, em sociedade que busca, com celeridade, o conhecimento global, que é democrático, participativo, cujo símbolo, conhecido por todos, é o computador. A prática educacional se torna, cada vez mais, complexa, heterogênea e diversificada, cobrando profissionais mais qualificados para o mercado.

Diante da globalização, do amplo acesso à cultura e das informações instantâneas, educar é, também, um procedimento complexo. Os conteúdos das matérias lecionadas necessitam de ser repassados aos alunos, de maneira mais prazerosa, visuais e com espontaneidade, na tentativa de tornar mais agradável e leve o aprendizado das disciplinas, que se apresentam, cada vez, densas e complexas, em razão da própria complexidade da vida.

Dessa maneira, devem ser evitadas as aulas expositivas, demoradas e desgastantes. A utilização de metodologias ativas permite ao professor – sem se afastar dos conteúdos programáticos e curriculares exigidos pelas Instituições de Ensino – valer-se de referidas metodologias inovadoras para despertar as habilidades e competências dos alunos, preparando-os para o enfrentamento da vida e do mercado de trabalho, o que deve ser feito, sempre, a partir de compromisso com a Educação e com a Ética profissional.

Assim, é necessária a compreensão de que as novas propostas metodológicas educacionais e as novas alternativas curriculares exigidas pelo mercado, não podem ser implantadas – meramente -, mas devem ser, coletivamente, construídas e, gradualmente, aplicadas, com a finalidade de facilitar a inserção dos alunos e egressos no mercado de trabalho, desenvolvendo-se de maneira favorável, as suas competências e habilidade - as quais não são adstritas aos conteúdos lecionados.

¹ Esse é o pensamento do psicólogo, pedagogo e doutor em Educação, Júlio Furtado, em entrevista para a Revista “Ensino Superior”, edição n. 187, de maio de 2014.

Inobstante, as novas metodologias, o próprio ensino híbrido segue uma tendência de mudança, ocorrida, praticamente, em todos os serviços e processos de produção de bens que incorporaram os recursos das tecnologias digitais, entendidas estas não como um modismo, mas como uma formação permanente e constante.

Fazendo um simples paralelo com outros segmentos de nossa sociedade, como o sistema bancário, o comércio, as empresas, o que se propõe com a utilização das novas metodologias possui muitas características semelhantes aos procedimentos observados atualmente, nos serviços e processos de produção.

Antigamente, o cliente de uma instituição financeira estava adstrito a uma agência bancária e a um funcionário para resolver todos os seus problemas. Atualmente, o próprio cliente consegue resolver suas pendências, no próprio caixa eletrônico ou por um aplicativo de seu celular, de forma bem mais independente. Não se imagina mais, um sistema bancário similar ao de trinta anos atrás.

Um dos poucos serviços que ainda não passou integralmente por inovações é a educação. O foco ainda está no professor, que detém a informação e a transmite aos seus alunos. A aprendizagem do aluno ainda está centrada na sala de aula e a responsabilidade pela aprendizagem ainda é do professor, na maioria das escolas, incluindo as Escolas Superiores.

Pensar o aluno como sujeito de sua própria educação significa entender o professor como mediador. No entanto, esse papel contraria históricas premissas construídas para o trabalho do professor, especificamente aquela, segundo a qual a função docente se resume ao ensino de um corpo de conhecimentos estabelecidos e legitimados pela ciência e cultura. (CUNHA, 2004).

As novas metodologias acontecem para implantar na educação o que já foi realizado no mercado de trabalho, nos serviços e nos processos de produção. A responsabilidade da aprendizagem passa a ser do estudante, que assume uma postura mais participativa, resolvendo problemas, desenvolvendo projetos e, com isso, criando oportunidades de construção do seu próprio conhecimento, o que fortalece sua preparação para lidar com variadas situações no próprio mercado de trabalho, e/ou sua inserção no mercado competitivo contemporâneo.

3 A UTILIZAÇÃO DAS INOVAÇÕES ACADÊMICAS COMO EFETIVIDADE DO DIREITO À EDUCAÇÃO

Embora existam desafios, abordar as novas maneiras de ensino-aprendizagem no âmbito acadêmico, partindo do pressuposto de que é emergente uma notória transformação cultural, notadamente das instituições de ensino, dos docentes e dos discentes, em razão do crescimento tecnológico contemporâneo, é uma realidade premente.

Observa-se que os modelos convencionais e tradicionais de exposição de aulas e de aplicação das avaliações realizados pelas Instituições, estão sendo superados pelas práticas de hodiernas metodologias ativas, as quais objetivam agregar ao universitário o conhecimento, praticidade e desenvolvimento de habilidade para sua inserção no mercado de trabalho.

As inovações acadêmicas tendem a contribuir para as novas exigências da própria sociedade, desafiando os docentes, como mediadores do conhecimento, a interação com os discentes, que participam como agentes do próprio processo educativo de ensino/aprendizagem.

A educação contemporânea requer de docentes e discentes a atitude da corresponsabilidade e autogestão em relação ao processo da aprendizagem. Nesse sentido, é necessário que as instituições de ensino superior promovam inovações didáticas que tornem a aprendizagem significativa, ou seja, impliquem num movimento constante do “aprender a aprender”. Para a consecução de tal objetivo, pesquisas atuais na área de didática analisam e desenvolvem metodologias ativas, nas quais os discentes sejam autônomos e participem efetivamente das atividades em classe que promovam a síntese, análise e avaliação dos conteúdos vistos. (PINTO, 2012, p. 76).

Visando a caracterizar o nexo existente entre a educação e as novas metodologias, o ensino, sem dúvida, tem a finalidade na preparação dos seus universitários para o mercado de trabalho, sem focar exclusivamente os conteúdos exaustivos, mas os resultados pretendidos, desenvolvendo-se métodos e atividades, que objetivem motivá-los, criar habilidades necessárias, tendo por fim, o sucesso profissional, o qual Mitre entende

Considerando-se ainda, que a graduação dura somente alguns anos, enquanto a atividade profissional pode permanecer por décadas e que os conhecimentos e competências vão se transformando velozmente, torna-se essencial pensar em uma metodologia para uma prática de educação libertadora, na formação de um profissional ativo e apto a aprender a aprender. (2008, p. 2135).

Para tanto, há a necessidade de os universitários adquirirem uma gama de competências no decorrer de seus respectivos cursos, proporcionada pela própria universidade. Neste sentido, o professor tem a função de mediador e de ponte, fazendo com que o discente apreenda e não, simplesmente, tenha um conhecimento imediato ou passageiro. A intenção é utilizar o conhecimento, realmente adquirido, em suas práticas laborais, no futuro.

Para alcançar esses resultados, o foco deve se pautar na criação de metas e de aprendizagem, centrados no acadêmico e em projetos específicos para a própria formação do

profissional. Nesse cenário da educação, é necessário romper-se com o ensino tecnicista, fracionado, criando novos conhecimentos de conceitos a partir do incentivo à criatividade do saber e da construção da aprendizagem significativa. Para Pinto (2012, p. 79): “A construção da aprendizagem significativa implica a conexão do que o aluno já sabe com os conhecimentos que está adquirindo, quer dizer, o antigo como o novo”.

De acordo com Coll, existem duas condições para a construção da aprendizagem significativa: a existência de um conteúdo potencialmente significativo e a adoção de uma atitude favorável para a aprendizagem, ou seja, a postura própria do discente que permite estabelecer associações entre os elementos novos e aqueles já presentes na sua estrutura cognitiva. (MITRE, 2008, p. 2135).

De forma geral, os resultados da aprendizagem se manifestam em suas experiências de sucesso obtidas no planejamento, gestão e realização de projetos e/ou de soluções para os problemas surgidos. Assim, as experiências que são bem sucedidas, incluem a dogmática capacidade de resolver conflitos, por meio de abordagens criativas de resolução de problemas e pela realização de projetos que os tornam mais conscientes dos problemas da vida real.

O fato é que o mercado de trabalho sofreu grandes modificações e clama por mudanças emergenciais, conforme já foi dito na seção anterior, e as universidades devem acompanhar essas alterações, de maneira a garantir que os seus alunos não só sejam inseridos, mas consigam acompanhar e permanecer nos seus campos profissionais.

Partindo da premissa de que o homem deve ser respeitado como pessoa, a educação deve se pautar não somente no estímulo necessário, para que seja alcançada, mas no compromisso de ser concretizada, como garantidora de um instrumento necessário e eficaz na defesa da dignidade humana. Assim, para garantir a dignidade e o pleno desenvolvimento, enquanto pessoa humana, assegura-se por lei, entre outros, o direito à educação.

A educação constitui-se como um direito social e fundamental, pautada em uma missão, que é a promoção dos direitos humanos, os quais expressam valores básicos do ser humano, considerando as vulnerabilidades dos contextos sociais que, na maioria das vezes, impedem a sua realização e concretização prática.

Torna-se uma grande necessidade na educação a viabilização de instrumentos de aprendizagem que sejam capazes de promover o respeito aos direitos humanos, adequando-se às diversidades existentes, às diferentes formações sociais e econômicas dos alunos e ainda a influência tecnológica, que passa a fazer parte do cotidiano do corpo discente e também do corpo docente.

Pode-se afirmar que de todas as organizações e instituições da sociedade contemporânea, a universidade é aquela que tem absorvido e incorporado os avanços da

sociedade tecnológica mais lentamente, fazendo um paralelo com as demais. Isto diz respeito à fórmula: “**professora à frente e alunos em carteiras ouvindo o mestre, anotando informação e reproduzido instantaneamente o conhecimento**” (grifo nosso), que nada mais é que um conhecimento momentâneo, nem sempre levado para toda a vida.

Hodiernamente, a palavra de ordem no mundo contemporâneo é a inovação, no afã de mudar, transformar, fomentar os anseios do mercado de trabalho e do próprio meio social, cada vez mais competitivo e ao mesmo tempo, corporativo. E para tanto, há necessidade emergencial de quebra de paradigmas em relação à percepção do mundo, que já não é mais, o mesmo, e que se modifica a cada instante.

Nesse sentido, Mitre pontua que:

O estudante precisa assumir um papel cada vez mais ativo descondicando-se da atitude de mero receptor de conteúdos buscando efetivamente conhecimentos relevantes aos problemas e aos objetivos da aprendizagem. Iniciativa criadora, curiosidade científica, espírito crítico reflexivo, capacidade para auto-avaliação, cooperação para o trabalho em equipe, senso de responsabilidade, ética e sensibilidade na assistência são características fundamentais a serem desenvolvidas em seu perfil. (2008, p. 2137).

E nesse cenário em que a necessidade de mudanças é premente, precipuamente no campo educacional, não há que se desviar dos valores e princípios educativos condizentes à concepção humanística, qual seja de valorização do ser humano de forma globalizada, tendo como pilar basilar a formação integral, sem buscar, meramente, a inserção no mercado do trabalho.

Nesse passo, a inovação é um caminho sem volta e passa pela utilização da tecnologia e de novos instrumentos metodológicos, mas sempre voltados ao serviço do processo humanizador, que é primordial para a concretização do direito social à educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Educar torna-se um ato bem mais complexo, diante da globalização, da evolução da ciência, do amplo acesso à cultura e às informações instantâneas. Faz-se mister sabotar a zona de conforto do passado e instigar a vontade de conhecer por meio de novos métodos. Os conteúdos devem ser ensinados aos discentes de maneira mais prazerosa e, não como imposição de conhecimentos, tão somente por aulas expositivas e desgastantes, relativamente aos professores e aos alunos.

Com as novas metodologias, o docente não se afasta dos conteúdos programáticos e curriculares, dedicando-se, entretanto, à formação e desenvolvimento de habilidades, atinentes

à formação da personalidade e da esfera profissional, preparando o aluno para o tão concorrido mercado de trabalho.

Há necessidade emergencial de compreensão de que as novas propostas de metodologias não podem ser meramente implantadas, mas construídas de maneira coletiva, sendo aplicadas gradualmente, conforme a evolução do conhecer, facilitando assim a inserção dos egressos no mercado de trabalho, com um desenvolvimento satisfatório das competências e habilidades, que não estão adstritas, somente, aos conteúdos.

No tocante à ciência jurídica, o pensamento dogmático respaldado pelo ordenamento jurídico nacional, não pode jamais, ser desprezado pela doutrina que da análise desse pensamento se desenvolve. A lição aprendida esclarece que são possíveis novos objetivos pedagógicos, por meio de novas técnicas, ou até, de utilizar as técnicas clássicas, de maneira a serem reinventadas, quando enfrentam o ensino jurídico.

Ainda resta um longo caminho no sentido de atingir a excelência na modernização, reformulação, aceitação das novas metodologias. Torna-se imprescindível a inovação acadêmica com a finalidade de que os professores e alunos proporcionem maior segurança jurídica, no enfrentamento da realidade jurídico-social.

Ocorre o distinto desafio de mudar a dinâmica de sala de aula, a qual não esbarra apenas na falta de recursos, ou numa pretensa resistência dos professores, mas também, na resistência dos próprios alunos. Todos os professores, pesquisadores e alunos devem estar integrados às metodologias inovadoras, aplicadas pelas Instituições de Ensino, para poder fazer frente às novas tecnologias, sempre tendo como horizonte o respeito aos valores éticos humanos, que têm compromisso constante com a efetividade da Justiça Social e, principalmente, com a concretização do direito social à educação.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Maria Aparecida Felix. Formação de Professores e Inovação Pedagógica na Universidade: Interfaces com a pedagogia de Dom Bosco. In: **Direitos Humanos e Sistema Educacional de Dom Bosco**, Organizadoras Maria Aparecida Alkimin e Regina Vera Villas Bôas, Clássica Editora, Curitiba, 2013.

ANASTASIOU, L. F.C; ALVES, L. P. (orgs). **Processos de ensinagens nas universidades: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula**. 7 ed., Joinville: UNIIVELLE, 2005.

_____. Léa das Graças Camargos; ALVES, Leonir Pessate. **Ensinar, Aprender, Aprender e Processos de Ensino**. 5. ed. Joinville, SC: UNIVILLE, 2005.

BISSOTO, Maria Luisa; GUIMARÃES, V.C. Analfabetismo funcional, empregabilidade e exclusão social. In: Garrido, Noêmia; SILVA, Odair; EVANGELISTA, Francisco. **Pedagogia Social: educação e trabalho na perspectiva da pedagogia social.** São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2011.

CUNHA, Maria Isabel da. Diferentes olhares sobre as práticas pedagógicas no Ensino Superior: docência e formação. *Revista de Educação (Lisboa)*, PUC/RS, Porto Alegre, v. 3, n. 54, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 51 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

MASETTO, Marcos Tarciso. **Metodologias Ativas e o Processo de Aprendizagem na Perspectiva da Inovação.** São Paulo: Congresso Internacional PBL. São Paulo: 2010.

MITRE, Sandra Minardi e outros. **Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde: debates atuais.** *Ciência & Saúde Coletiva*, 13 (Sup 2), 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.org/pdf/csc/v13s2/v13s2a18.pdf>>. Acesso em 30 de novembro de 2016.

PINTO, A.S.S; BUENO, M.R.P; SILVA, M.A.F.A; MENEZES, M.Z.S; KOEHLER, S.M.F. O Laboratório de Metodologias Inovadoras e sua pesquisa sobre o uso de metodologias ativas pelos cursos de licenciatura do UNISAL, Lorena: estendendo o conhecimento para além da sala de aula. **Revista de Ciências da Educação**, Americana, SP, ano XV, n. 29 p. 119-134 jul/dez, 2013.

PINTO, Antônio Sávio da Silva *et al.* Inovação didática – projeto de reflexão e aplicação de metodologias ativas de aprendizagem no ensino superior: uma experiência com “*peer instruction*”. **Janus**, v. 9, n. 15, p. 78-87, 2012.

REVISTA ENSINO SUPERIOR. São Paulo, ano 16, n. 187, Maio de 2014.
www.semesp.org.br.

VIOLA, Ana Maria Viola. Pedagogia de Dom Bosco aplicada à Educação dos idosos na concretude dos direitos humanos. In: **Direitos Humanos e Sistema Educacional de Dom Bosco.** Organizadoras Maria Aparecida Alkimin e Regina Vera Villas Bôas. Clássica Editora, Curitiba 2013.

VILLAS BÔAS. Regina Vera. Prefácio da Obra **Manual Metodológico de Pesquisa Científica: Guia prático para a elaboração de Trabalhos Acadêmicos**, na Obra (no prêlo) de Irene Maria Portela. Brasília: ENAJUM, 2017.

ZABALZA, Miguel A. **O Ensino Universitário: seu cenário e seus protagonistas.** Porto Alegre: Artmed, 2004.